



COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – CELOS.

PARECER EM RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2023-SEINFRA-CELOS

SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO DE FÁTIMA

RECORRENTE: MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI .

RECORRIDA: DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

Trata-se de recurso apresentado pela empresa MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI ., através de seu representante legal – Sr. RENAN CLAUDINO MELO, irressignada com decisão desta Comissão Especial de Licitação que a **INABILITOU**, para prosseguir a participar da referida licitação, que no seu entendimento descumpriu o item - 4.1.III.b. do edital convocatório que seleciona empresas de engenharia para execução das obras e serviços de PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO DE FÁTIMA, neste Município.

CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE:

Preliminarmente nos manifestarmos favorável aos pressupostos da legitimidade, interesse recursal e tempestividade, pois o recurso e a respectiva razão foram protocolados pelo participante interessado em contratar com a administração no **dia 24 de Maio corrente**, dentro do prazo definido no edital, a publicação do resultado de habilitação foi do dia 22 de Maio de 2023. As demais empresas participantes foram informadas do recurso, mas não houve manifestação.



10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

10.4. Os recursos deverão ser dirigidos ao Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano através da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, e interposto mediante petição subscrita por representante legal da recorrente, contendo as razões de fato e de direito com as quais deseja impugnar a decisão proferida..

10.5. Os recursos deverão ser protocolados na Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, no devido prazo legal, **não sendo conhecidos os interpostos fora do prazo legal** ou em outro órgão da Administração. (grifos nosso).

A MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI, questiona sua **INABILITAÇÃO**, alegando que atendeu as exigências do edital convocatório, conforme o seguinte.

1. DOS FATOS E DO DIREITO:

O recorrente participou de um processo licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 19/2023-SEINFRA/CELOS - para contratação de empresa para realização dos SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO DE FÁTIMA.

Após o resultado da habilitação onde tivemos a surpresa de estarmos inabilitados passamos a analisar as justificativas apresentadas para a nossa inabilitação que se baseou que nossa empresa NÃO APRESENTOU ATESTADO DE COMPROVAÇÃO DE TER EXECUTADO OS SERVIÇOS DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SEMELHANTES OU SUPERIORES EXIGIDOS ATRAVÉS DE ATESTADO TÉCNICO EMITIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, NA MESMA OBRA.

A lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, veda que os agentes públicos pratiquem ato tendentes a restringir ou frustra o caráter competitivo do certame, consoante de depreende da leitura de seu artigo (BRASIL 1993).

"Ar. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a produção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em restrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, de probidade administrativa, da vinculação ou instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

1º É vedado aos agentes públicos

I – Admitir prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedade cooperativa e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade da sede ou do domicílio do licitante ou de qualquer outra circunstância



impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

2. CONTESTAÇÃO

Importante destacar inicialmente que a Administração não pode pautar o exercício da função administrativa em suas vontades ou nos dos agentes públicos, e si respeitar compulsoriamente a lei. Nesse contexto, são definidos de forma clara no ar. 31 da lei de licitações nº 8.666/93.

A razão apresentada para a nossa inabilitação no certame foi que nossa empresa " NÃO APRESENTOU ATESTADO DE COMPROVAÇÃO DE TER EXECUTADO OS SERVIÇOS DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SEMELHANTES OU SUPERIORES EXIGIDOS ATRAVÉS DE ATESTADO TÉCNICO EMITIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, NA MESMA OBRA." assim o julgador expõe o motivo da inabilitação.

Sobre essa justificativa para nossa inabilitação cabe ressaltar, que está sendo feito de forma ILEGAL, e que não se justifica, pois, apresentamos os atestados Registrados no CREA, que em um único órgão no Brasil, que pode dar um atestado de capacidade técnica, e foram apresentados mais de 1 (um) atestado, sendo assim a Comissão não pode simplesmente por falta de atenção na conferência não aceitar os atestados com as quantidades apresentadas, que estavam em total conformidade com as quantidades exigidas.

Só que o julgador resolveu exclusivamente DESABILITAR NOSSA EMPRESA, SEM MOTIVO ALGUM, POIS APRESENTAMOS OS ATESTADOS COM OS QUANTITATIVOS e COMPLEXIDADE TÉCNICAS SUPERIORES, O PEDIDO NO EDITAL, COM ESSA ATITUDE O MUNICIPIO ESTÁ NA CONTRAMÃO DA LEI, vale ressaltar que os órgãos que fazem a fiscalização impedem que sejam utilizados certos meios para restringir a concorrência.

APRESENTAMOS ATESTADOS QUE COMPROVAM QUE EXECUTAMOS OS SERVIÇOS PEDIDOS NO EDITAL, TODOS ATESTADO PELO CREA, como podemos observar no processo licitatório dos documentos de Habilitação da nossa empresa, onde apresentamos diversos atestados com valor e complexidade técnica superior ao serviço objeto do edital.

Como vemos que o julgador usou o excesso de formalismo ou houve falta de atenção no julgamento, pois não atentou para o fato de que inabilitou nossa empresa SEM MOTIVO ALGUM, pois cumprimos fielmente todos os requisitos solicitados.

3. MÉRITO

Diante dos fatos apresentados a ilustríssima Comissão Permanente de Licitação, posto que, numa análise perfunctória ver-se claramente que a mesa, se equivocou. Percebe-se então que falta razoabilidade e amparo legal ao ato praticado. Na verdade, a licitante em questão sente-se profundamente prejudicada. Mediante as informações aqui repassadas, esperamos que V.Sas. analise este percurso que estamos lhe enviando, e desta forma ocorra a correção no resultado da fase de Habilitação do processo licitatório TOMADA DE PREÇO Nº 19/2023-SEINFRA/CELOS, nos tornando habilitados para



seguir nas demais fases do certame.

Na remontasse hipótese de não acatamento deste recurso, solicitamos que represente expediente seja encaminhado à apreciação das Autoridade Superiores, na forma do disposto do Art. 109, 4 da Lei 8.666/93.

4. CONCLUSÃO (PEDIDO)

Respeitosamente, requer a Recorrente a vossa ilustríssima Comissão de licitação:

Julgue pela procedência do presente recurso administrativo para o fim de DECLARAR LEGAL TAL ATITUDE, e posteriormente reconhecer a legalidade da presente justificativa.

Que caso a ilustre Comissão de Licitação não reveja a sua decisão ora apresentada que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e que caso a decisão seja a manutenção de decisão de julgamento da CPL, que cópias do presente Recurso administrativo sejam encaminhadas ao Ministério Público Estadual, e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, sem onde ora RECORRENTE seja incitada a fazê-lo.

Esses são os fatos e argumentos, resumidamente, apresentados pela recorrente

3. DA ANÁLISE

3.1. DAS QUESTÕES DE DIREITO E DE FATO:

A luz das diretrizes da Constituição Federal, Lei nº. 8.666/93, edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2023-SEINFRA-CELOS, doutrina e jurisprudências aplicadas a espécie, passamos a analisar os fatos questionados no PARECER DE HABILITAÇÃO.

3.2. DA CONSTITUIÇÃO:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifo nosso)

3.3. DA LEI GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio



constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com **os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.** (grifo nosso)

Art. 22. São modalidades de licitação:

(...) II. Tomada de preços;

§ 2º Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...)

II - comprovação de **aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Art. 41. A Administração **não pode** descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, **os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos**, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. (todos grifos nossos)

3.4. DO EDITAL E PARECER DELIBERATIVO DE HABILITAÇÃO:

4.0 DA HABILITAÇÃO

4.1. Para habilitação deverão as licitantes apresentar os documentos abaixo relacionados, no envelope no 01 - Documentos de Habilitação, em uma única via.....

III – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(....)

b) Comprovação de capacidade técnico operacional da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o



objeto da licitação, através de atestado técnico emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado; que conste a empresa licitante como contratada, acompanhados de Certidões de Acervo Técnico ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT), emitidas pelo Conselho de fiscalização profissional competente, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, comprovando que a empresa licitante, na condição de contratada, já executou satisfatoriamente, obras e serviços de características técnicas semelhantes ou superiores aos discriminados a seguir: (Acórdão no 2326/2019- Plenário do TCU).

- Execução dos serviços:

- a) Lastro de pó de pedra – 280,00m³ (duzentos e oitenta metros cúbicos);
- b) Piso pré-moldado articulado e intertravado de 16 faces – e=8cm (35Mpa) – 2.750,00m² (dois mil setecentos e cinquenta metros quadrados);
- c) Banqueta/meio-fio de concreto para vias urbanas – 750,00ml (setecentos e cinquenta metros linear).

PARECER DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

- EMPRESA INABILITADA – por descumprimento de exigências editalícias:

1. MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI – CNPJ Nº 11.952.190/0001-63 – item: 4.1.III.b

RELATÓRIO:

1. MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI – CNPJ Nº 11.952.190/0001-63 – item: 4.1.III.b;

III – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

b) Comprovação de capacidade técnico operacional da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de atestado técnico emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado; que conste a empresa licitante como contratada, acompanhados de Certidões de Acervo Técnico ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT), emitidas pelo Conselho de fiscalização profissional competente, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, comprovando que a empresa licitante, na condição de contratada, já executou satisfatoriamente, obras e serviços de características técnicas semelhantes ou superiores aos discriminados a seguir: (Acórdão no 2326/2019- Plenário do TCU).

- Execução dos serviços:

- a) Lastro de pó de pedra – 280,00m³ (duzentos e oitenta metros cúbicos);
- b) Piso pré-moldado articulado e intertravado de 16 faces – e=8cm (35Mpa) – 2.750,00m² (dois mil setecentos e cinquenta metros quadrados);
- c) Banqueta/meio-fio de concreto para vias urbanas – 750,00ml (setecentos e cinquenta metros linear).

- NÃO APRESENTOU ATESTADO DE COMPROVAÇÃO DE TER EXECUTADO OS SERVIÇOS DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SEMELHANTES OU SUPERIORES EXIGIDOS ATRAVÉS DE ATESTADO TÉCNICO EMITIDO POR PESSOA JURÍDICA



DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, NA MESMA OBRA;

Apresentou:

- CAT Nº 799/2013 – PREF. DE SOBRAL;
- CAT Nº 178929/2019 – PREF. DE MERUOCA;
- CAT Nº 170750/2018 – PREF. DE SOBRAL;
- CAT Nº 200263/2019 – PREF. ITAPIPOCA;
- CAT Nº 290517/2023 – PREF. ACARAÚ;
- CAT Nº 01017/2013 – PREF. ACARAÚ.

3.5. DO MÉRITO.

O edital é a lei interna da licitação, daí constar na Lei nº 8.666/93, art. 3º, a regra da obrigatória observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Esse princípio na lei de licitações vem minuciado e explicado no art. 41, que reza:

“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Portanto, a partir do momento que o edital da licitação é publicado, recebe força de lei, e, por isso, suas regras e disposições precisam ser fielmente cumpridas pela Administração, uma vez que o edital vincula a atuação da Administração, assim como a conduta da licitante. Trata-se, de tal sorte, de uma relevante garantia que deve ser concedida a todos os interessados e licitantes, sob pena de patente ilegalidade e afronta ao artigo acima referido.

O processo licitatório é um processo formal e para a comprovação de suas exigências se faz necessário a apresentação de documentação pertinente e válidas para o atendimento das exigências editalícias, caso contrário, o interessado deixou de cumprir as determinações do edital e não estará habilitado a participar ou continuar participando do certame licitatório.

O edital em nenhum momento regulamenta que os serviços podem ser executados em obras diferentes ou comprovados em mais de um atestado ou certidão de execução dos serviços, exige que a licitante comprove ter executado obras ou serviços com aquelas características e quantidades exigidas. As obras ora licitadas, é de pleno conhecimento dos participantes que são sequências de serviços que compõem a obra, e que o que se exige é que comprove ter executado obras ou serviços de características semelhantes ou superiores ao objeto licitado, no momento que se apresenta uma obra em que a integralidade de tais serviços não foram executados ou as quantidades executadas são inferiores as quantidades exigidas, descaracteriza-se que a obra é semelhante, veja que para executar a obra é necessário todo um aparato de planejamento, recursos humanos, máquinas, equipamentos, ferramental, logística, recursos financeiros, estrutura organizacional, para cada obra todo esse aparato é diferente e condizente com o volume



e prazo da obra, então no momento que deixa-se de atender a integralidade dos serviços exigido e quantidades, se modifica a experiência da empresa na execução da obra, na doutrina temos inúmeros exemplo dessa situação, por exemplo, quem executa uma ponte de 100m de comprimento, não quer dizer que possui experiência/capacidade para executar uma ponte de 1.000m de comprimento, ou quem construiu 20 casas isoladamente, tenha estrutura ou experiência para construir 100 casas simultaneamente.

QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

O professor, **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**, explica que as regras emanadas pelo TCU referentes ao art. 30 da Lei nº 8.666/1993, descreve os documentos que os licitantes deverão apresentar à Administração Pública para comprovar sua qualificação técnica, abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A capacidade técnico-operacional abrange os atributos próprios da empresa desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a **conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas**.

O mestre Hely Lopes Meirelles, descreve sobre o assunto:

“A comprovação da capacidade técnico-operacional continua sendo exigível, não obstante o veto aposto à letra “b” do § 1º do art. 30. Na verdade, o dispositivo vetado impunha limitações a essa exigência, e a sua retirada do texto legal deixou a **critério da entidade licitante estabelecer, em cada caso, as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**, exigências, essas, que devem ser pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.” (Direito Administrativo Brasileiro, 27ª edição, p. 286) (grifo nosso).

Na mesma linha Marçal Justen Filho esclarece, in verbis:

“O desempenho profissional e permanente da atividade empresarial conduz ao desenvolvimento de **atributos próprios da empresa**. Um deles seria sua capacidade de executar satisfatoriamente encargos complexos e difíceis. Utiliza-se a expressão “**capacitação técnica operacional**” para indicar essa modalidade de experiência, relacionada com a ideia de empresa. Não se trata de haver executado individualmente uma certa atividade, produzida pela atuação pessoal de um único sujeito. Indica-se a execução de um objeto que pressupõe a conjugação de diferentes fatores econômicos e uma pluralidade (maior ou menor) de pessoas físicas (e, mesmo, jurídicas). (grifo nosso)

A jurisprudência dos Tribunais Superiores e de Controle, dão o contorno final sobre a



questão.

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, **às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes**, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.” **SÚMULA Nº 263/2011-TCU** (grifo nosso)

“É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) . **Acórdão 914/2019-Plenário, 16/04/2019**

“Não se admite a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação técnica em licitações públicas, pois a capacidade técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a capacidade técnico-profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993) , uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa. **Acórdão 2208/2016 - Plenário, 24/08/2016, AUGUSTO SHERMAN**

“A exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo. Como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação”. **Acórdão 244/2015-Plenário, 11/02/2015, Relator Bruno Dantas**

A Administração Pública deve assegurar no edital a descrição detalhada do objeto, as exigências dos requisitos de qualificação, as condições de habilitação dos licitantes, os prazos, as condições contratuais e demais regras do procedimento licitatório, sempre, visando o caráter competitivo do certame, contudo conforme entendimento da lei, doutrina e jurisprudência, os interessados em contratar com a administração pública tem que possuir certos atributos.

A empresa MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI, não apresentou as condições necessárias para participar do certame, pois não comprovou a capacidade técnica operacional exigida, não tendo comprovado ter executado os serviços exigidos em uma única obra, que caracteriza a obra ora licitada:



- a) Lastro de pó de pedra – 280,00m³ (duzentos e oitenta metros cúbicos);
- b) Piso pré-moldado articulado e intertravado de 16 faces – e=8cm (35Mpa) – 2.750,00m² (dois mil setecentos e cinquenta metros quadrados);
- c) Banqueta/meio-fio de concreto para vias urbanas – 750,00ml (setecentos e cinquenta metros linear).

Observa-se que a Recorrente para tentar atender as exigências editalícias, precisou de 06 (seis) atestados de obras diferentes, conforme as CATS do CREA-CE de nºs 799/2013, 178929/2019, 170750/2018, 200263/2019, 290517/2023 e 01017/2013, não tendo apresentado uma obra executada com as características semelhantes ou superiores ao exigido.

O apresentado não comprova ter executado obra semelhante ou superior com as características exigidas com a obra ora licitada.

4. CONCLUSÃO:

Isto Posto, com respeito aos princípios da LEGALIDADE, ISONOMIA, VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO, na doutrina e jurisprudência ao norte mencionadas, esta Comissão Especial de Licitação opina por **CONHECER e NÃO PROVER**, o recurso e as razões apresentadas pela empresa MILLENIUM SERVIÇOS EIRELI, pois a empresa não cumpriu as exigências previstas no Edital de Convocação, relativas a comprovação de qualificação técnica operacional, para contratar, nesta seleção com a Prefeitura Municipal de Aracati, permanecendo INABILITADA, conforme descrito no PARECER DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO emanado pelos membros desta Comissão.

É o parecer que apresentamos a autoridade superior.

Aracati/CE, 12 de junho 2023

Presidente – Cintia Magalhães Almeida

Membro – Ciara Cristina Lima Maia

Membro – Gabriela Pinto de Menezes